

Arrecadação em queda pode afetar concursos no DF

CÂMARA LEGISLATIVA

Com expectativa de receita menor do que a previsão de inflação acumulada para este ano, GDF terá que apertar o cinto para o próximo exercício. Concursos estão previstos, mas algumas áreas poderão não ter convocados

Arrecadação menor preocupa para LDO 2024

» SUZANO ALMEIDA
» PABLO GIOVANNI

As portas de ser votado na Câmara Legislativa (CLDF), o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2024 (PLDO 2024), na opinião de técnicos, que analisam a proposta, é "preocupante". A previsão para o próximo exercício é que o Distrito Federal tenha uma queda na arrecadação...

De acordo com o documento, a projeção do governo para este ano é de que a arrecadação aumente em 3,9%, comparado a 2022. Em contraponto, a previsão de inflação verificada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) será 4,2%.

Mesmo considerando toda a receita de origem tributária, o cenário traçado pelo GDF não melhora muito. O crescimento da Receita de Origem Tributária previsto no PLDO 2024 em relação à estimativa de 2023 é de 3,9%, ficando ainda abaixo da inflação estimada...

Apenas neste ano, o governo contingenciou cerca de R\$ 1 bilhão, posto que, nos primeiros três meses de 2023, houve queda na arrecadação de R\$ 300 milhões, em relação ao ano passado. Um dos motivos foi a redução no valor do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) dos combustíveis...

Além das quedas de arrecadação, apontadas no PLDO 2024, o governo ainda sofre com uma baixa margem para investimentos. Segundo a área técnica da Câmara Legislativa, o governo tem cerca de 95% de seu orçamento destinado à manutenção da máquina pública e ao pagamento de servidores.

Só nos três primeiros meses do ano, R\$ 300 milhões deixaram de ser arrecadados. Além disso, precisamos equilibrar as despesas e receitas correntes líquidas abaixo do percentual de 95%...

Para o doutor em Economia e professor no IDP Mathias Schneid Tessmann, o aperto no cinto ainda não corresponde a tempos difíceis, mas a ajustes. "Não necessariamente precisamos falar em crise. É importante o governo tomar cuidado com seus gastos para termos contas ajustadas."

Marcelo Ferreira/IB/DA Press



Previsão de arrecadação 0,3% menor que a inflação, na visão de especialista, ainda não é motivo para pânico, mas requer atenção

Ed Alencar/CE/DA Press



CLDF tem até o próximo dia 15 de junho, quando o semestre Legislativo se encerra

Marcelo Ferreira/IB/DA Press



Mesmo considerando toda a receita de origem tributária, o cenário traçado pelo GDF não melhora muito. O crescimento previsto na PLDO 2024 em relação à 2023 é de 3,9%, ficando ainda abaixo da inflação estimada, que é de 4,2%.

Eduardo Pedrosa, presidente da Ceaf

termo 'archo', visto que o governo está diminuindo seu gasto. O problema seria gastar indiscriminadamente causando distorções na economia", afirma.

Concursos

A queda na arrecadação prevista no projeto atinge, também, o funcionalismo, em especial

os aprovados em concursos. De acordo com a previsão do GDF, pelo somatório dos subtotais apresentados no parecer da Ceaf, o governo autorizará para o ano que vem R\$ 6,7 bilhões. Este

Fundo Constitucional

Ainda em debate no Congresso Nacional, o Fundo Constitucional do Distrito Federal não será atingido para o próximo exercício. A previsão é que, no ano que vem, o governo federal repasse aos cofres do Distrito Federal cerca de R\$ 23 bilhões.

valor representa uma diferença de 42% em relação a última PLDO que foi de R\$ 11,5 bilhões.

Apesar disso, a Lei de Diretrizes Orçamentária autoriza a realização e a nomeação de aprovados em concursos públicos, que totalizam 2.908 vagas em 33 cargos efetivos, de 21 secretarias e órgãos especializados do DF.

Para 2024, Educação prevê seleção para analista em políticas públicas e gestão educacional, com 630 vagas. Na mesma área, ainda há a previsão da realização de certames para gestor em políticas públicas e educacionais, com 80 vagas.

Bancado também pelo FCDF, o texto original enviado pelo governo, em maio, ainda cita a realização e nomeações de aprovados na área da Saúde. A previsão é de que o maior número de vagas seja para a especialidade da carreira de Assistência Pública à Saúde, com 400. Enfermeiros, com 450; técnicos de enfermagem, 200; e

Analista em Gestão e Assistência Pública à Saúde, 200, são previstos para terem 2024.

No entanto, na análise dos técnicos da Ceaf, o governo não apresentou a previsão orçamentária para a contratação de alguns cargos, entre eles da Secretaria de Saúde, com previsão de 200 vagas para cirurgião-dentista, 682 de enfermeiros e 230 de médico (ambos com carga de 20h).

A mesma ausência de informações diz respeito aos reajustes concedidos recentemente, como ocorreu com as carreiras da Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF). O projeto enviado pelo governo ainda não prevê a alteração nos vencimentos, de 18% em três parcelas que deverão ser pagas entre 2023 e 2025.

Isenções

Mesmo diante da queda na arrecadação, o governo local manterá algumas isenções, como para atacadistas. Segundo a análise dos técnicos do Legislativo, o valor que a não ser arrecadado é de R\$ 1 bilhão.

Por sua vez, o governo retirará a isenção dada nas transações de compra e venda de carros seminovos e usados. A opção do GDF para a manutenção ficará apenas para carros novos.

A falta de isenção para carros usados e seminovos, deixando a isenção apenas para aquele zero quilômetro, tende a desvalorizar o mercado de automóveis, criando uma espécie de distorção, especialmente naqueles modelos próximos àqueles "subsidiados", conclui Mathias Schneid Tessmann.

Reajustes

Para os próximos três anos, o DF contabiliza um gasto a mais com o reajuste linear de 18% — concedido em três etapas de 6% a cada ano — sancionado em maio desse ano. O relatório detalha que 221.267 mil servidores públicos efetivos — ativos, inativos, pensionistas e comissionados — custarão aos cofres públicos, em 2024, R\$ 2,6 bilhões. Para 2025 e 2026, os custos serão R\$ 4,6 bilhões para cada um dos dois anos.

O governo prevê a criação de três carreiras, nas áreas de saúde e educação, e a reestruturação de carreira de policiais penais, para que sejam incorporados ao FCDF. Somados, os custos em três anos serão de R\$ 296 milhões.

O Correio procurou o GDF para comentar o PLDO, mas não obteve retorno até a publicação.

Legislativo e TCDF

Dentro do texto, há previsão, também, de autorização para a realização de concursos e nomeações para as casas legislativas. No Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), a expectativa é que haja 30 vagas, sendo 10 para auditores de controle externo; 10 para analista de Administração Pública; e 10 para técnico de Administração Pública. Há expectativa, ainda, de concursos e nomeações para consultores técnicos; consultores e procuradores legislativos para a CLDF. Ao todo, são previstas 50 nomeações.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Cidades **Página:** 13